

EDITORIAL



A 16ª Edição da Revista Gralha Azul traz trabalhos recebidos entre os meses de fevereiro e março do ano 2023., cuja incidência maior de temas foi relativa ao meio ambiente. Entretanto essa não foi a única temática apresentada pela revista nesta edição. Temas relacionados ao direito de família, a agenda 2030 da ONU, a administração pública e a segurança institucional dos magistrados também compõem a revista.

Em síntese, os trabalhos têm por objetos de estudo as seguintes temáticas: "A Tutela do Meio Ambiente no Brasil", de autoria do Desembargador Antônio Martellozzo, faz um levantamento da legislação de proteção ao meio ambiente no país, nos diferentes períodos, a começar pelo Colonial, com as Ordenações do Reino. O núcleo central do trabalho foi o de se saber acerca das muitas leis existentes e para que elas se prestariam.

"Impenhorabilidade da pequena propriedade rural" da servidora Heloísa Bagatin Cardoso, trata da proteção do imóvel rural de produção em regime familiar.

"Análise da proteção da Fauna Aquática à luz da lei de crimes ambientais e jurisprudenciais dos tribunais brasileiros" do Juiz Antonio Evangelista de Souza Netto, do Doutor Valmir Cesar Pozzetti e dos pesquisadores Flávia Jeane Ferrari e Gessuelyton Mendes de Lima, analisa a aplicabilidade da lei nº 9.605/98 no tocante aos crimes relacionados à fauna aquática.

"Métodos Consensuais de Solução de conflitos e processos estruturais: as disputas resultantes do rompimento da Barragem de Brumadinho", de autoria do Desembargador Roberto Portugal Bacellar, e dos Servidores Adriane Garcel, Karen Paiva Hippert e Luiz Antonio Ferreira, analisa os processos estruturais enquanto mecanismos consensuais próprios a solução de processos de natureza estruturada.

EDITORIAL

"Exemplos de Referenciais normativos para a consecução do ODS-16", desenvolvido pelo autor Júlio César Craveiro Devechi. O trabalho tem por foco investigar a medida em que o ordenamento jurídico brasileiro está apto a auxiliar na consecução da intenção geral e das metas universais do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) N° 16 da Agenda 2030 da ONU.

"Abandono Afetivo e responsabilidade civil: inovação tardia, mas necessária", de Eduardo de Oliveira Leite, enfoca a questão controvertida da responsabilidade civil decorrente de abandono afetivo e da evolução da jurisprudência nacional tendente a acatar a reparação do dano oriundo do descuido das crianças e dos adolescentes pelo país.

"Mediação Familiar: muito além da sentença", de Mariele Zanco Laismann, Ana Carla Harmatiuk Matos, analisa a hiperjudicialização dos conflitos e a solução para esse problema pela teoria multiportas, criada por Frank Ernest Arnold Sande.

"Segurança Institucional: Modelo de análise teórico aplicado ao magistrado", de autoria do Capitão Rafael Gomes Sentone, Major Sthéfano Roberto Janata, Capitão Otto Luiz Marty e Capitão Lucas Pereira Gabardo Guimarães. O artigo apresenta um modelo teórico de análise de risco e discute a sua aplicabilidade para os magistrados.

"A evolução da administração pública para além, dos palácios na reconstrução arendtiana dos direitos humanos: o princípio da transparência na dicotomia público-privado", do advogado e pesquisador Caio Alexandre Lopes Kaiel. O texto ilustra a dicotomia público/privado para justificar a transparência pública como meio de extirpar resquícios totalitários da gestão governamental.

Uma excelente leitura a todos!

Ramon de Medeiros Nogueira
Desembargador
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná